

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM TEA (TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO)

Irismar Queiroz de Resende dos Santos¹
Francisco de Paula Alves dos Santos²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar, de forma sistematizada e organizada, os estudos realizados sobre as principais formas de alfabetizar crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro do Autismo assim como as problemáticas e desafios encontrados durante o processo. Ao longo deste artigo, será introduzido o histórico dos estudos e pesquisas do espectro autista, as características principais e seus diagnósticos, a repercussão destas características no processo de aprendizagem assim como as problemáticas e possíveis abordagens. Assim, a pesquisa colabora com o enriquecimento conceitual e incentiva o debate sobre os métodos existentes para uma efetiva alfabetização e inclusão da criança com TEA. Essa pesquisa é de cunho qualitativo, pois abordará aspectos relevantes para a alfabetização de crianças diagnosticadas com TEA, além de características e metodologias que facilitam esse processo. Desta forma espera-se que docentes e discentes tenham a possibilidade de novos métodos e facilidades para que o processo de alfabetização de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro do Autismo seja eficaz e produtivo. Almeja-se, também, que o histórico e as principais características do Transtorno do Espectro do Autismo sejam mais estudados.

2309

Palavra-chave: Transtorno do Espectro Autista. Alfabetização de crianças.

ABSTRACT: This work aims to present, in a systematic and organized way, the studies carried out on the main ways of teaching literacy to children diagnosed with Autism Spectrum Disorder, as well as the problems and challenges encountered during the process. Throughout this article, the history of studies and research on the autistic spectrum will be introduced, the main characteristics and their diagnoses, the repercussion of these characteristics in the learning process, as well as the problems and possible approaches. Thus, the research collaborates with the conceptual enrichment and encourages the debate on the existing methods for an effective literacy and inclusion of the child with ASD. This research is of a qualitative nature, as it will address relevant aspects for the literacy of children diagnosed with ASD, in addition to characteristics and methodologies that facilitate this process. In this way, it is expected that teachers and students will have the possibility of new methods and facilities so that the literacy process of children diagnosed with Autism Spectrum Disorder is effective and productive. It is also intended that the history and main characteristics of Autism Spectrum Disorder be further studied.

Keyword: Autism Spectrum Disorder. Children's literacy.

¹Especialista em Educação Especial e Terapias Cognitivas - Faculdade Maranatha

²Mestrando em Dificuldades de Aprendizagem - UNINQ.

INTRODUÇÃO

Historicamente, observou-se que o Transtorno do Espectro do Autismo é considerado e denominado como um distúrbio ou até mesmo como um subgrupo dentro da esquizofrenia, só com o passar dos anos que o autismo passou a ser reconhecido e tornou-se foco de diversos estudos. Entretanto, várias foram as hipóteses e possíveis diagnósticos até que pudéssemos chegar no entendimento atual.

Alguns pioneiros no estudo como Leo Kanner definiu como possível causa o conceito da “mãe geladeira”, ou seja, aquelas em que há um distanciamento dos filhos, todavia com os avanços essa teoria mostrou-se inverídica, o que levou as crianças diagnosticadas adquirirem direitos, como o reconhecimento na sociedade e a diferenciação entre as psicoses infantis e o Transtorno do Espectro do Autismo, obtendo assim tratamentos específicos. Entretanto, esses direitos ainda eram mínimos, pois o acesso à escola era limitado e em alguns casos vetados.

Neste sentido, o presente trabalho possui a seguinte questão norteadora: quais fatores potencializam ou dificultam o processo de ensino-aprendizagem de crianças diagnosticadas com Transtorno de Espectro do Autismo?

O tema mostra-se de grande relevância para famílias, escolas e a sociedade, pois mesmo com os avanços citados outrora, ainda há diversas lacunas a serem preenchidas e processos de alfabetização a serem debatidos, inseridos e melhorados.

A temática é importante, pois, o processo de alfabetização em si já é um processo desafiador, no qual o aluno passa por experiências e supera as limitações próprias do aprendizado. Com as crianças do espectro, esse processo acontece de modo diferenciado e a falta de suporte legal e pedagógico dificulta o desenvolvimento deste.

Logo, o presente trabalho irá versar sobre as principais características do Transtorno do Espectro Autista; como ocorre o processo de alfabetização de crianças com este transtorno; qual é o papel do Professor de Atendimento Especializado no processo de alfabetização de crianças diagnosticadas com TEA e apresentar hipóteses a serem trabalhadas com os alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro do Autismo.

MATERIAIS E MÉTODO

O tipo de pesquisa que foi tomada como base neste trabalho foi uma Revisão de Literatura, na qual foi realizada uma consulta a livros, dissertações e artigos científicos

selecionados através de busca nas seguintes bases de dados (livros, sites de banco de dados, etc.) e autores. Foram utilizados trabalhos publicados nos últimos anos e as palavras-chave usadas na busca foram: Processo de alfabetização, Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e professor de atendimento especializado. Ressalta-se que, por se tratar de um tema tão abrangente, não é possível esgotar o assunto em questão diante de sua complexidade e das possibilidades de discussão. A metodologia do estudo: quanto aos objetivos é uma pesquisa exploratória, pois de acordo com Gil (2008) a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema. Quanto aos procedimentos técnicos é uma pesquisa bibliográfica, que, conforme Gil (2008) é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Processo histórico dos estudos e pesquisas relacionados ao Transtorno do Espectro do Autismo

Autismo, do grego *autós*, significa “de si mesmo”. O termo autismo foi criado em 1908 pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler para descrever a fuga da realidade para um mundo interior observado em pacientes esquizofrênicos.

Entretanto, foi em 1943 que o Transtorno do Espectro do Autismo começou a ser estudado e analisado com mais cautela. Léo Kanner, psiquiatra austríaco naturalizado norte-americano, foi pioneiro ao observar crianças internadas com comportamentos diferentes de tantos outros relatados na literatura psiquiátrica existente à época e o primeiro a publicar trabalho sobre o assunto.

Este relatou a “incapacidade de se relacionarem de maneira normal com pessoas e situações, desde o princípio de suas vidas” (BRASIL, 2013, p. 17). “Tais crianças estavam sempre distanciadas das outras e pareciam manter uma relação não funcional com os objetos, inclusive brinquedos” (SUPLINO, 2009, p.19). Dentre os comportamentos observados, Kanner criou três grandes categorias: inabilidade no relacionamento interpessoal; atraso na aquisição da fala; e dificuldades motoras.

Kanner (1943) em seu artigo descreveu algumas características contraditórias, como em um determinado momento que algumas das crianças analisadas não desenvolveram a fala, em seguida que algumas delas usavam a fala para representar algumas vontades. Contudo, elas possuíam a capacidade de expressar-se por meio da fala, mas essa construção linguística só fazia sentido dentro de um contexto — o qual era pré-definido pela própria criança.

Posteriormente, Hans Asperger (1943), escreveu o artigo “A psicopatia autista na infância”. Nele, foi descrito quatro crianças que apresentavam como principal sintoma o transtorno no relacionamento com o espaço e com o outro, destacando a ocorrência preferencial em meninos, que apresentam falta de empatia, baixa capacidade de fazer amizades, conversação unilateral, foco intenso e movimentos descoordenados. As crianças são chamadas de pequenos professores, devido à habilidade de discorrer sobre um tema detalhadamente.

Asperger descreveu em seu artigo as características analisadas, como a pouca expressão gestual, movimentações estereotipadas e movimentos repetitivos.

Em 1952 a Associação Americana de Psiquiatria publica a primeira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais DSM-I. Referência mundial para pesquisadores e clínicos do segmento, este manual fornece as nomenclaturas e os critérios padrão para o diagnóstico dos transtornos mentais estabelecidos.

Nesta primeira edição, os diversos sintomas de autismo eram classificados como um subgrupo da esquizofrenia infantil, não sendo entendido como uma condição específica e separada.

Durante os anos 50 e 60, houve muita confusão sobre a natureza do autismo, e a crença mais comum era de que o distúrbio seria causado por pais emocionalmente distantes (hipótese da “mãe geladeira”, criada por Leo Kanner). Bruno Bettelheim, psicólogo austríaco, difundiu a ideia de Léo Kanner – “mães-geladeira” – a qual explicava tal fenômeno como proveniente da “indiferença emocional das mães” (MERCADANTE; ROSÁRIO, 2009, p. 36).

E mais tarde, pensou-se em um transtorno orgânico, consequência de uma doença do sistema nervoso central; uma patologia incapacitante e crônica que acarretava sérios comprometimentos no campo cognitivo, no desenvolvimento da motilidade e da linguagem; impedimento neurofuncional.

No entanto, nos anos 60, crescem as evidências sugerindo que o autismo era um transtorno cerebral presente desde a infância e encontrado em todos os países e grupos socioeconômicos e étnico-raciais.

Com o passar do tempo, outros estudos foram realizados e novas características foram apontadas: dificuldade de percepção de sentimentos; “distúrbios do sono e da alimentação; problemas digestivos nos primeiros meses do nascimento; anomalias congênitas; e hiporrespostas ou hiper-respostas aos estímulos sensoriais”.

O aparecimento dos sintomas dá-se antes dos 3 anos de idade; mais comum entre meninos, mas, quando presente em meninas, sua manifestação torna-se mais intensa; 70% a 80% possuem comprometimento intelectual (RODRIGUES; SPENCER, 2010, p. 18). Ficou claro que não há padrão fixo para sua manifestação, em virtude da diversidade dos sintomas (CUNHA, 2012, p. 20).

Com o passar dos anos, o autismo começou a ser cada vez mais reconhecido pela medicina, pela psiquiatria e pela neurologia. Na década de 70, com o aumento do interesse dos pesquisadores pelo estudo do Transtorno, passou-se a construir-se uma perspectiva psicanalista do tema, podendo citar como exemplo, Margareth Mahler (1897-1985), que diferenciou a psicose infantil autista da psicose infantil simbiótica (MAHLER, 1952).

No decorrer dos anos, as associações foram evoluindo e consecutivamente o estudo sobre a Síndrome do Espectro do Autismo também. Com isso, em 1989, a Associação Brasileira do Autismo realizou o primeiro Congresso com a temática referente à síndrome. A partir de então, o Espectro do Transtorno do Autismo tornou-se mais visível com novos estudos.

Hoje, o autismo não é mais considerado um tipo de psicose nem esquizofrenia. Na década de 1980, passou a ser nomeado transtorno invasivo do desenvolvimento (TID) (BRASIL, 2013, p. 24). Klim (2006) conceitua o TID como “uma família de condições marcada pelo início precoce de atrasos e desvios no desenvolvimento das habilidades sociais, comunicativas e demais habilidades”; desde 2014, é denominado transtorno do espectro autista.

A ONU instituiu o dia 2 de abril como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo para chamar atenção da população em geral para importância de conhecer e tratar o transtorno, que afeta cerca de 70 milhões de pessoas no mundo todo, segundo a Organização Mundial de Saúde. Em 2018, o 2 de abril passa a fazer parte do calendário brasileiro oficial como Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo.

No Brasil, pela Lei Berenice Piana (nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012), que instituiu uma política nacional de proteção aos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista, estas passam a ser consideradas pessoas com deficiência para todos os efeitos legais. Essa mesma lei, em seu Art. 1º, § 1º, classifica como pessoa com autismo “aquela portadora de síndrome clínica caracterizada” com:

Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e

manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

No Art. 2º, inciso III, há menção à necessidade do diagnóstico precoce, do atendimento multiprofissional e do acesso a medicamentos e nutrientes. No inciso V há uma observação quanto à urgência de estímulos à inserção da pessoa autista no mercado de trabalho. Não menos importante, o inciso VII trata do “incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados” no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, veja:

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

(...)

V - o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

(...)

VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;

Por sua vez, em 2015 entra em vigor a “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.145/15)” que cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que aumenta a proteção aos portadores de TEA ao definir a pessoa com deficiência como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial”. O Estatuto é um símbolo importante na defesa da igualdade de direitos dos deficientes, do combate à discriminação e da regulamentação da acessibilidade e do atendimento prioritário. 2314

As principais características dos aspectos clínicos e diagnósticos do TEA

O TEA “é definido como um transtorno do desenvolvimento neurológico e global, que deve estar presente desde a infância, apresentando importantes déficits nas dimensões sociocomunicativas e comportamentais” (NUNES; AZEVEDO; SCHMIDT, 2013, p. 558).

O diagnóstico de Transtorno do Espectro do Autismo, por sua vez, serve basicamente para descrever e esclarecer alguns aspectos associados ao desenvolvimento da linguagem da criança, situando-a numa categoria de indivíduos sobre os quais uma grande quantidade de informações valiosas foi acumulada, sobre o curso e prognóstico do transtorno, sobre a resposta

aos vários tipos de tratamento e sobre os fatores de risco e proteção envolvidos (VOLKMAR; KLIN, 2005, p.27).

Algumas crianças com autismo podem apresentar sintomas quando ainda são bebês, enquanto em outras os sinais aparecem mais tarde, até os 3 anos. Embora ocorram diferentes níveis de TEA, as características mais comuns incluem prejuízos na comunicação, interação social e comportamentos repetitivos.

Cada indivíduo diagnosticado com TEA apresenta sinais e sintomas distintos, mas alguns deles costumam acentuar-se, como estereotípias, preservação de rotinas e pessoas de seu convívio, manipulação digital persistente, olhar fixo, insistência em manter as mesmas atividades de seu dia a dia, interesse e sensibilidade sensoriais. Importante ressaltar que algumas destas características podem estar presentes e em outras pessoas não, em alguns casos com maior intensidade e gravidade diferentes em cada caso.

Mesmo com os avanços relacionados aos estudos do Transtorno do Espectro do Autismo, as causas atualmente são desconhecidas, ainda não é possível indicar uma causa responsável pelas características do transtorno e pelo desenvolvimento do mesmo, mas existem muitos estudos e pesquisas que analisam o desenvolvimento do TEA.

Pesquisadores identificaram genes que surgem por mutação espontânea ou são herdados, que parecem ter conexões com o autismo e fatores ambientais também podem influenciar o desenvolvimento, embora este último ainda não tendo sido comprovado cientificamente.

As crianças diagnosticadas com TEA, apresentam esses três fatores como principais características, sendo eles: comunicação, interação social e comportamento.

A falta ou pouca interação social se dá porque, as pessoas com TEA não possuem uma efetiva interação com o meio onde está inserida; ademais, na maioria dos casos, elas criam um mundo próprio e não interagem com o meio.

A falta ou pouca comunicação com pai, mãe e pessoas de seu convívio é uma das características marcantes. Algumas pessoas diagnosticadas com TEA não fazem o uso da comunicação oral e em casos severos não desenvolvem a fala. O comportamento é o aspecto mais interdependente, pois o mesmo varia de acordo com a rotina e o local em que a pessoa está inserida.

O aspecto que define não apenas o comprometimento causado pelo transtorno do Espectro do Autismo como também a direção que o tratamento clínico e o tratamento educacional devem ser realizados é a condição intelectual, que varia de caso a caso.

Repercussão das características do Espectro do Autismo no processo de alfabetização e os papéis do docente, escola e família frente este processo

As crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro do Autismo encontram na inserção ao ambiente escolar uma tarefa desafiadora, pois como já mencionado outrora uma das características do TEA é a rejeição em alterações na rotina. Assim, no início é comum o choro, a repetição dos movimentos corporais, a irritabilidade, agressões e a recusa ao seguir regras e ordens de qualquer profissional da escola.

A alfabetização se torna mais difícil e trabalhosa, pois primeiramente o professor e toda a equipe escolar devem conhecer e transmitir ao aluno confiança, para que ele se sinta seguro para iniciar uma interação e comunicação com os profissionais responsáveis por este momento.

A escola, naquele momento, é uma experiência desconhecida e de difícil apropriação de sentido e propósito pela criança. Por parte dos professores, a vivência desses primeiros momentos pode ser paralisante, carregada de sentimento de impotência, angústia e geradora de falsas convicções a respeito da impossibilidade de que a escola e o saber/fazer dos professores possam contribuir para o desenvolvimento daquela criança. Mediante as dificuldades iniciais, as escolas recorrem a todo tipo de tentativa de acolhimento ao aluno. Essa é uma atitude absolutamente compreensível, embora sejam importantes alguns cuidados (BELIZÁRIO, 2010, p. 22).

De acordo com Lopez (2011, p. 16):

Professores, orientadores, supervisores, direção escolar, demais funcionários, famílias e alunos precisam estar conscientes dessa singularidade de todos os estudantes e suas demandas específicas. Está tomada de consciência pode tornar a escola um espaço onde os processos de ensino e aprendizagem estão disponíveis e ao alcance de todos e onde diferentes conhecimentos e culturas são mediados de formas diversas por todos os integrantes da comunidade escolar, tornando a escola um espaço compreensível e inclusivo.

É importante que o professor faça com que a criança autista sinta vontade de descobrir coisas que fazem parte do seu mundo, através da leitura ou da escrita, tem que estimulá-las a perceber a leitura e a escrita como sendo atividades empolgantes que lhes ajudarão a entender

melhor várias situações da vida, é preciso que lhes mostre como elas poderão ajudá-los nas aventuras do dia a dia.

A escola deve elaborar métodos e estratégias para que os alunos possam desenvolver suas habilidades, se integrando de forma plena ao meio e interagindo com os demais colegas. O ambiente escolar também pode contribuir para que o transtorno seja identificado o mais cedo possível e compreender como a criança digráfica aprende e como necessita de um tratamento necessário.

“É importante salientar que, para se educar um autista é preciso também promover sua integração social e, neste ponto, a escola é, sem dúvidas, o primeiro passo para que aconteça esta integração, sendo possível por meio dela a aquisição de conceitos importantes para o curso da vida” Felício (2007, p. 25).

Porém, muitas escolas possuem uma falta de estrutura no ensino básico padrão, e por muitas das vezes alunos com deficiências não permanecem nessas escolas, sejam esses alunos com qualquer tipo de deficiência.

Já em algumas escolas essas barreiras estão sendo ultrapassadas, pois estão investindo em recursos tanto de estrutura quanto a capacitação de professores, gestores, e os demais que ali trabalham. Facilitando-as assim no recebimento desses alunos com necessidades especiais.

2317

Sendo assim as escolas que não possuem essas estruturas, podemos se dizer que estão fazendo a exclusão de aluno, já que sem as adaptações necessárias, esses alunos que possuem a deficiência, não terão acesso ou terão que lidar com muitas barreiras ao longo de sua passagem na rede de ensino.

Felício (2007, p. 25), “É importante salientar que, para se educar um autista é preciso também promover sua integração social e, neste ponto, a escola é, sem dúvidas, o primeiro passo para que aconteça esta integração, sendo possível por meio dela a aquisição de conceitos importantes para o curso da vida”

A família também deve auxiliar neste processo, sendo responsável por construir uma parceria com os educadores a fim de fornecer ao aluno os meios necessários para que ele se sinta seguro e confortável na escola. Uma tarefa importante é dedicar algumas horas por dia para conversar com as crianças sobre as impressões deles sobre o espaço, sobre o que aprenderam.

É preciso compreender que o ensino é uma das principais esferas a ser trabalhada no caso de crianças com o espectro do autismo. Sendo assim, é preciso estar pronto para atender as

solicitações, flexibilizar o diálogo, estimular a interação e ampliar a qualidade do convívio escolar para toda comunidade.

Nesse entendimento assevera Cunha (2015):

[...] a leitura e a escrita resultam de experiência social, cultural, cognitivas e linguísticas. A escola é, sem dúvida, um espaço essencial para o letramento. Essa ideia ganha bastante relevância no ensino do aprendente com autismo, independentemente do nível do comprometimento. Porém, é preciso salientar que a ênfase dessa prática não pode estar centrada somente no processo de aquisição de códigos alfabéticos e numéricos mas também, acima de tudo, nas experiências e vivências socioculturais, familiar e escolar. Trata-se da aprendizagem da leitura do mundo, como diz Freire (CUNHA, 2015, p. 81).

Logo, o principal fator para que ocorra a efetiva alfabetização é o professor compreender o aluno com Transtorno do Espectro do Autismo e promover um ambiente de aprendizagem enriquecedor, assim como também é de fundamental importância o vínculo entre o professor e a família para garantir a assiduidade do aluno na escola e a realizações de tarefas escolares e o efetivo tratamento.

Existem alguns aspectos práticos que o professor carece usar para incluir o aluno autista na escola, a seguir: Importância de respostas humanizadas; Potencializar o trabalho pedagógico com as inteligências múltiplas; Investir nas metodologias ativas; Diversificar estratégias pedagógicas; Planejar as aulas com estratégias diferentes; Bom convívio, respeito, empatia, a mesma qualidade de ensino a todos, com as mesmas condições de desenvolvimento; Ser um excelente mediador; Socialização; Trabalhos em grupo; Desenvolver na criança a autoconfiança e a independência e flexibilizar o diálogo.

Segundo Santos (2008, p. 30) “é que os professores devem direcionar sua prática pedagógica e tornar possível a socialização da criança com autismo na sala de aula e adequar a sua metodologia para atender as necessidades destes”.

Em muitas situações, as crianças com autismo acabam ficando às margens do conhecimento ou não participam das atividades, o que exige do professor sensibilidade para incluí-lo ao máximo no convívio com o meio, visto que é no processo de socialização e interação que se constitui o desenvolvimento e aprendizagem.

É este processo de alfabetização que pode efetivamente contribuir para a vivência de novas experiências capazes de levar a criança diagnosticada com TEA a novas aprendizagens e a novos comportamentos.

De acordo com a Lei nº 12.764, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos do Transtorno do Espectro do Autismo, o aluno com o diagnóstico comprovado deve ter um Professor de Atendimento Especializado, veja:

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

Segundo essa legislação, essas crianças e adolescente devem ser integrados na vida em sociedade, inclusive para o mercado de trabalho. E devem ter acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis.

O professor de apoio participa da reintegração da pessoa com TEA na sala de aula e ajuda na inclusão escolar. Ele adapta as atividades, auxiliando as interações sociais e aplicações didáticas.

Este juntamente com a equipe pedagógica e com o professor regular define as estratégias que serão utilizadas para que o estudante autista tenha acesso ao aprendizado das disciplinas e das formas de avaliação que permitam que a aprendizagem seja efetiva.

Geralmente, esses profissionais contribuem para melhorar as habilidades de leitura, escrita, matemática, compreensão e comunicação assim como também ajudam estabelecendo uma rotina, ensinando sobre regras e comportamentos adequados na sala de aula.

2319

Os alunos são ensinados a seguir instruções, interagir com colegas e se comunicar de maneira eficaz, o profissional também pode auxiliar o aluno nos momentos de higiene, alimentação e locomoção. Logo, o professor de apoio tem como função principal facilitar a acessibilidade do aluno com autismo na escola.

Além das abordagens aqui mencionados há que se mencionar o desenvolvimento paralelo ao processo de alfabetização com outras práticas lúdicas, interativas e multidisciplinares como: fonoaudiologia, exercícios físicos, psicologia, fisioterapia e entres outras práticas que associadas ao processo de alfabetização permitem e contribuem para o desenvolvimento escolar das crianças com espectro autista.

Principais problemáticas e dificuldades na alfabetização de crianças com autismo

Para que se possa falar sobre as problemáticas e dificuldades encontradas no processo de alfabetização de crianças com autismo, faz-se necessário definir preliminarmente o que é o processo de alfabetização.

O processo de alfabetização pode ser compreendido como sendo o ato de falar sobre a aprendizagem dos códigos da escrita de uma língua, somada à aprendizagem dos números. Sendo assim, fica fácil perceber que a alfabetização corresponde ao processo de alfabetizar. Como definição da palavra “alfabetização”, pode-se citar:

Alfabetização *s.f.* ato ou efeito de alfabetizar, de ensinar as primeiras letras e iniciação no uso do sistema ortográfico e processo de aquisição dos códigos alfabético e numérico; letramento ato de propagar o ensino ou difusão das primeiras letras (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 150).

A alfabetização alguns anos atrás limitava-se a aprendizagem das práticas da leitura e escrita (ler e escrever), tendo pouco importância se esse indivíduo conseguiria aplicar seu aprendizado ou técnicas nos processos de comunicação do dia-a-dia, entretanto com a evolução dos métodos de aprendizagem percebeu-se que é preciso ir além. Conforme o exposto é importante afirmar:

[...] Durante esse período o termo *alfabetização* se tornava suficiente para designar a aquisição da leitura e escrita e suas implicações. Não se imaginava que um indivíduo alfabetizado não fosse capaz de utilizar o sistema de escrita em suas atividades diárias. O *analfabeto funcional* não era identificado neste contexto. Novos olhares, porém, foram lançados sobre este assunto e o conceito de alfabetização passou a se tornar insuficiente para designar as novas ideias e constatações que envolvem esse tema, uma vez que se passou a perceber que a simples aquisição do código escrito não era o suficiente para que o sujeito fizesse uso das funções sociais da escrita. Surgem novos termos que ampliam o conceito de alfabetizado e de alfabetização; entre eles, surge o conceito de *letramento* com o objetivo de diferenciar a ação de alfabetizar, das práticas sociais da leitura e da escrita (KLEIMAN, 1995) (apud cit MARQUES, 2013, p. 207).

Hodiernamente o processo de alfabetização deve buscar transpor os limites da escrita e leitura, aplicando a aprendizagem na sua rotina diária. É imprescindível para os cursos de alfabetização de crianças que as funções sociais da língua escrita sejam evidenciadas e praticadas. Pois, para que a aprendizagem seja frutífera e eficaz, os estudantes precisam sentir-se motivados para aprender.

Todavia, os objetivos expostos nos planos escolares, para o ensino da leitura e da escrita, são bastante abstratos e afastados da realidade, assim as inúmeras razões para que se aprenda a ler e escrever ficam acessíveis apenas para as crianças que possuem núcleos familiares letrados.

O processo de alfabetização só terá êxito se os estudantes se sentirem motivados para aprender, a escrita é considerada, na maior parte das escolas, como algo que possui valor em si mesmo; importante dentro da escola, para que os estudantes passem de ano, e importante para quando os alunos virarem adultos.

Quando a criança aprende a ler por si mesma, o prazer de poder fazê-lo torna-se maior. Quando pode escrever e deseja escrever será porque essas letras serão lidas, serão interpretadas por outras pessoas. Para aprender a escrever tem que sentir a necessidade de comunicar sua observação, seu sentimento, seu conhecimento a si mesma ou a alguém. Assim como cada criança tem seus próprios desenhos, seus próprios modos de expressão oral, tem sua própria maneira de se expressar na forma escrita (GÓMEZ e TERÁN, 2014, p. 153-154).

E atualmente nesse processo de aprendizagem uma das grandes lutas é saber acolher os alunos “especiais”, é por isso que vamos agora tratar sobre as principais dificuldades na alfabetização de crianças com o espectro do autismo.

A fase da alfabetização para a criança com TEA é uma época que possui grandes obstáculos, pois alguns têm hiperlexia, aprendendo a ler sozinhos, até mesmo antes da fase da alfabetização, enquanto muitos vão precisar da ajuda psicopedagógica. Antes da criança com TEA ser alfabetizada, ela necessita aprender a ficar sentada, permanecer na sala de aula, reconhecer e distinguir letras, marcar as iguais e as diferentes, sendo está um pré-requisito para começar a aquisição da leitura e da escrita. (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012).

A complexidade do quadro do TEA é ampla, o professor pode se deparar com um aluno verbal, não verbal, com hiper ou hiposensibilidade sensorial, deficiência cognitiva, cognitivo preservado ou até altas habilidades, assim a forma de ensinar a esse aluno, ocupa um lugar de grande importância.

Sabe-se que as crianças com TEA necessitam ter a percepção visual e auditiva bem desenvolvida para aprender a ler e escrever, mas há algumas que apresentam incapacidade de perceber diferenças e até mesmo, sentem aversão a determinados sons, estímulos motores, o que torna a aprendizagem ainda mais complicada (MAIA; JACOMELLI, 2019).

Percebe-se que a falta de informação faz com que muitos professores acabem rotulando seus alunos, considerando apenas o que eles não conseguem fazer e assim, concluindo que não conseguirão alfabetizar-se.

Esses precisam entender que as crianças autistas possuem maneiras próprias de serem estimuladas, para que consigam aprender. Isso exige que o docente dedique atenção especial a cada criança autista, para que possa descobrir a melhor maneira de provocar-lhes o interesse pelo assunto e, conseqüentemente, atraíam a aprendizagem.

Nesse entendimento assevera Gomes (2015):

[...] Como muitas crianças com autismo podem apresentar dificuldades nesse processo, é recomendável que o início da alfabetização ocorra precocemente (entre 4 e 5 anos), antes das crianças típicas (sem autismo) de mesma idade. A estratégia de começar a alfabetizar antes se justifica na lógica de que se a criança com autismo apresentar dificuldades nesse processo, ela terá mais tempo para aprender. Assim, se ela começar a ser alfabetizada aos 4 anos e demorar 2 anos para aprender a ler, quando ela tiver aprendido a ler, aos 6 anos, coincidirá com a idade que os colegas dela estarão lendo, o que aumenta muito a probabilidade da criança com autismo acompanhar o conteúdo escolar, permanecer e progredir na escola comum ao longo dos anos. Caso contrário, se o processo de alfabetização começar aos 6 anos, na mesma época dos colegas típicos, e a criança com autismo apresentar dificuldades em aprender a ler, inevitavelmente ela ficará atrasada em relação aos colegas, o que comprometerá o acompanhamento de todo o conteúdo escolar, já que todas as disciplinas dependem da leitura (GOMES, 2015, p. 16).

Portanto, o conhecimento do que é o TEA e de suas características são fundamentais para que o professor consiga acreditar que é possível alfabetizar esses alunos e o quão importante é essa conquista para a autonomia e inclusão na sociedade.

Nesse contexto, a tecnologia pode trazer muitos benefícios para as crianças com TEA, pois as ferramentas tecnológicas são capazes de atrair a sua atenção, facilitando o aprendizado das atividades da sua vida diária, ajudando a internalizar suas rotinas, ajudando a cumprir suas tarefas sociais, auxiliando no processo de alfabetização e favorecendo as interações destas crianças com o mundo, o que é uma de suas maiores dificuldades (RIBEIRO; CONRADO, 2021).

Os jogos digitais apresentam uma característica atrativa e agradável às crianças com autismo, facilitando muito a interlocução e a interação social com os alunos. Por isso, os recursos tecnológicos como computadores, tablets e brinquedos digitais estão sendo cada vez mais usados na educação de crianças, por ser um método de aprendizagem mais atrativo.

Logo, compreende-se que é de suma importância que o ambiente escolar contribua para atender as limitações e especificidades dos alunos autistas, como o espaço físico, o material didático, a equipe gestora, os professores e toda a comunidade escolar tendo maior cuidado e atenção para o atendimento e a inclusão desse aluno. Os jogos e brincadeiras não somente facilitam o processo de aprendizagem das crianças como também permitem a interação com seus colegas de classe e possibilitam a construção de uma visão de mundo, criando e desenvolvendo o senso crítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi realizar um estudo abrangente sobre o desenvolvimento de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro do Autismo em relação a efetiva alfabetização, compreender as principais características do TEA e apresentar métodos para este processo de alfabetização.

Para atingir uma compreensão deste estudo, definiram-se alguns objetivos específicos. O primeiro, de analisar e compreender todo o processo histórico até os diagnósticos de crianças com Transtorno do Espectro Autista.

Percebeu-se que o Transtorno do Espectro do Autismo vem sendo estudado desde a década de 1930; entretanto, os avanços referentes a este transtorno foram poucos, pois verificou-se que grande parte da sociedade ainda não reconhece as principais características do TEA, assim sendo, não valorizam e incluem de forma efetiva e digna.

Posteriormente definiu-se as principais características dos aspectos clínicos e diagnósticos de pessoas com TEA. Observa-se que as crianças diagnosticadas com TEA, apresentam esses três fatores como principais características, sendo eles: comunicação, interação social e comportamento.

Entretanto, cada indivíduo diagnosticado com TEA apresenta sinais e sintomas distintos, mas alguns deles costumam acentuar-se, como estereotípias, preservação de rotinas e pessoas de seu convívio, manipulação digital persistente, olhar fixo, insistência em manter as mesmas atividades de seu dia a dia, interesse e sensibilidade sensoriais. Importante ressaltar que algumas destas características podem estar presentes e em outras pessoas não, em alguns casos com maior intensidade e gravidade diferentes.

O terceiro objetivo, foi a repercussão do espectro do autismo no processo de aprendizagem e a necessidade do desenvolvimento de um trabalho em conjunto entre escola, educador, aluno e família, que pode funcionar como uma das maiores chaves para solucionar ou ao menos reduzir os impactos negativos causados pelas principais dificuldades de aprendizagem. Diante das perspectivas apresentadas e da discussão realizada, percebe-se que há algumas falhas no sistema de ensino relativas ao processo de educação inclusiva.

O ponto mais importante a ser observado é que indivíduos com autismo têm o potencial de crescimento e desenvolvimento. É importante encontrar serviços, tratamentos e educação

para crianças autistas o mais cedo possível. Quanto mais cedo essas crianças receberem tratamento adequado, melhor o seu prognóstico.

O professor é um mediador essencial no processo de adaptação e integração do aluno no âmbito escolar. Esse professor deve realmente estar preparado profissionalmente para receber esse aluno com TEA. Observando sempre os recursos disponíveis em mãos para ajudar esse aluno.

A família também deve auxiliar neste processo, sendo responsável por construir uma parceria com os educadores a fim de fornecer ao aluno os meios necessários para que ele se sinta seguro e confortável na escola. Uma tarefa importante é dedicar algumas horas por dia para conversar com as crianças sobre as impressões deles sobre o espaço, sobre o que aprenderam.

Por fim, elencamos as principais problemáticas e dificuldades na alfabetização de crianças com autismo. O professor da escola regular enfrenta obstáculos no processo de alfabetização de crianças com TEA, como desenvolver atividades com esse público, pois nesse processo pressupõe-se que deva ter uma participação ativa do aluno, uma interação que para crianças com TEA é mais difícil de acontecer, mas estas dificuldades não indicam que elas não são capazes de aprender.

É importante que o professor não rotule seus alunos, devendo buscar esclarecimentos em relação às características e necessidades dos alunos com TEA e o modo como eles aprendem, considerando que isso varia muito de aluno para aluno.

O professor é um mediador essencial no processo de adaptação e integração do aluno no âmbito escolar. Esse professor deve realmente estar preparado profissionalmente para receber esse aluno com TEA. Observando sempre os recursos disponíveis em mãos para ajudar esse aluno.

Os educadores devem sempre prezar por um ensino de qualidade, inovando, aperfeiçoando suas práticas e abandonando as que não contemplam todos os alunos e, ainda, deve permanecer com aquelas práticas que podem ser benéficas, mesmo se somadas a outras novas. Deve-se sempre estar atualizado de acordo com os novos desafios a serem enfrentados por esses alunos e trabalhar com o objetivo de formar seres humanos capazes de decifrar a sua realidade e pensar o mundo de forma complexa e ativa.

Há a possibilidade de uso de recursos tecnológicos para construir uma proposta de um plano de atividades individual que possa auxiliar na alfabetização desses alunos, demonstrando

aos professores que, embora muitas vezes possam sentir medo diante do desconhecido, não se pode estagnar, é necessário buscar informação, novas metodologias que promovam a verdadeira inclusão, autonomia e aprendizado destes alunos.

O presente trabalho buscou enfatizar que as potencialidades e as limitações de cada aluno precisam ser conhecidas pelos seus educadores, para que estes possam encontrar a melhor forma de direcionar cada um ao desenvolvimento social, intelectual e psicológico desejado.

Assim, este trabalho é de grande importância para a formação de profissionais capacitados para a efetiva alfabetização de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro do Autismo. Observou-se que para trabalhos futuros, podem-se ser estudados quais políticas públicas são necessárias para auxiliar as famílias, sociedade e profissionais envolvidos no processo de inserção escolar das crianças com Transtorno do Espectro do Autism

REFERÊNCIAS

ANGELO, Jamisson Da Silva. **O papel do professor na inclusão do aluno autista.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 07, Vol. 03, pp. 137-150. Julho de 2021. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/aluno-autista>>

2325

BELIZÁRIO FILHO, José Ferreira. **MEC- Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento.** Fortaleza: UFC, 2010. (V.9).

BRASIL. *Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 02 nov. 2013. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a atenção integral às pessoas com transtorno do espectro do autismo e suas famílias no sistema único de saúde.** Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/autismo_cp.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2023.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** Rio de Janeiro: Wak, 2012.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na Escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar.** 3. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

FELICIO, V. C. **O autismo e o professor: um saber que pode ajudar.** Bauru, 2007

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓMEZ, Ana Maria Salgado; TERÁN, Nora Espinosa. **Transtornos de aprendizagem e autismo.** São Paulo: Grupo Cultural, 2014.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LOPEZ, J. C. **A formação de professores para a inclusão escolar de estudantes autistas: contribuições psicopedagógicas**. 2011. Trabalho final do curso (Especialização em psicopedagogia clínica e institucional) - Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia - Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento - PED, Brasília, 2011.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira (Org.). **Políticas públicas educacionais: novos contextos e diferentes desafios para educação no Brasil**. Curitiba, PR: CRV, 2013.

MERCADANTE, Marcos T.; ROSÁRIO, Maria C. **Autismo e cérebro social**. São Paulo: Segmento Farma, 2009.

RIBEIRO, S. F. C.; CONRADO, L.; LEGEY, A. P. O Uso da Tecnologias Digitais no Desenvolvimento das Crianças com Transtorno de Espectro Autista. RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber, [S. l.], v. 3, n. 3, 2021. DOI: 10.51473/rcmos.v3i3.27. Disponível em: <https://revistacientificaosaber.com.br/ojs/envieseuartigo/index.php/rcmos/article/view/27>. Acesso em: 21 jun. 2023.

RODRIGUES, Janine Marta C.; SPENCER, Eric. **A criança autista: um estudo psicopedagógico**. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

SAMPAIO, Caroline M.; OLIVEIRA, Gislene F. O Desafio da Leitura e da Escrita em Crianças com Perturbação do Espectro do Autismo. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Julho de 2017, vol.II, n.36, p.343-362. ISSN: 1981-1179. 2326

SANTOS, A. M. T. dos. **Autismo: desafio na alfabetização e no convívio escolar**. CRDA, São Paulo, 2008.

SILVA, A. B. B; GAIATO, M.B; REVELES, L.T. **Mundo Singular: entenda o autismo**; Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SUPLINO, Maryse. **Currículo funcional natural: guia prático para a educação na área do autismo e deficiência mental**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2009.

VOLKMAR, F.R., KLIN, A. Questões na classificação do autismo e afins Condições. In: VOLKMAR, F.R. *et al.* **Manual do autismo e pervasivo distúrbios do desenvolvimento**, 3.ed. Nova Jersey: John Wiley & Filhos, 2005.